

# FH vai mudar tudo no governo

■ Planalto quer dar a Serra superministério que coordenará ações sociais para enfrentar as críticas e as imposições do Congresso

Josemar Gonçalves — 30/6/95

DORA KRAMER

BRASÍLIA — O governo prepara novas mudanças que serão executadas em duas etapas: a primeira é para muito breve, pois o presidente Fernando Henrique Cardoso pretende criar o quanto antes uma coordenação das ações sociais e de infra-estrutura, provavelmente entregando o comando ao ministro do Planejamento, José Serra. Se essa alteração no esquema de operação das políticas governamentais não for suficiente, em outubro Fernando Henrique fará o que considera a sua verdadeira reforma ministerial. Dará novo perfil ao Ministério, tornando-o mais executivo e menos preso às circunstâncias do Congresso.

O que houve agora, segundo o governo, foi apenas um ajuste ministerial pautado pela precipitação da saída de José Eduardo Andrade Vieira, pela matança dos sem-terra, a necessidade de aprovar as reformas reforçando o PMDB e colocando o PPB no governo e a desastrosa demissão de Dorothea Werneck da pasta de Indústria e Comércio.

O novo formato do governo ainda não está completamente decidido, mas, em linhas gerais, o que se pretende é retomar a antiga idéia de montar um Palácio do Planalto forte para que o governo não fique de um lado, exclusivamente preso ao debate que se trava no Parlamento a respeito das reformas constitucionais e, de outro, não seja identificado apenas como o governo do Plano Real.

Não é a forma ideal, como bem ressaltam os que estão envolvidos em sua elaboração. Mas é a maneira mais realista e prática de tocar o governo, cujos erros têm sido ultimamente listados internamente sem grande piedade. Fernando Henrique preferiria continuar tocando as coisas a seu jeito, mas já se viu que ele prefere abafar do que administrar conflitos e isso acaba resultando numa impressão geral de paralisia.

Uma peça importante já foi colocada ali. Luiz Carlos Santos, como ministro de Assuntos Políticos e Parlamentares, para livrar o presidente da tarefa de atender políticos. Mas, ressalva o governo, a decisão política continuará nas mãos do presidente.

**Confiança** — A partir de agora, perdem abrangência o chefe do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho, e o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge. Os dois continuarão privando da confiança irrestrita do presidente. Mas Clóvis ficaria restrito a funções de assessoramento jurídico-administrativo (passam pelas suas mãos todos os papéis que o presidente tem de assinar) e Eduardo Jorge funcionará como chefe de Gabinete, também cuidando daquilo que diga respeito ao presidente mais intimamente. A mudança é que não ficam sustentadas em ambos as ações políticas e executivas.

Para essas últimas seria montada a tal estrutura de coordenação, que ficaria responsável pela centralização das medidas sociais e de infra-estrutura. José Serra é o nome mais cotado, embora ainda não exista uma decisão fechada a respeito disso. Até porque no Palácio do Planalto ainda não se deu de uma vez por todas a rendição à possibilidade de Serra vir a ser o candidato à Prefeitura de São Paulo. Mas, como o ministro continua irredutível, a esperança é que ele acabe aceitando responder por esse novo macroministério.

Junto a isso, será reforçada a estrutura de comunicação — integrada por várias secretarias e com um corpo de cerca de 40 profissionais em atuação — que ficará encarregada de aumentar o tom e reforçar a agressividade com que o governo divulga seus atos.



Serra é o nome mais cotado para assumir a coordenação de ações sociais, embora o Planalto não tenha desistido totalmente de lançá-lo à Prefeitura de São Paulo

Todas essas decisões foram tomadas a partir da constatação de que o governo errou ao se deixar prender pela armadilha das reformas e, mesmo nelas, não conseguiu explicar ao país o que realmente pretende.

Por exemplo, o governo sabe que não consegue mais tirar da cabeça de ninguém que o Proer — o programa de socorro aos bancos — não tem por objetivo salvar banqueiros e sim preservar o sistema bancário e, com ele, o correntista. Sabe também que não há quem explique à população que a reforma da Previdência não objetiva assaltar velhos, mas preservar o sistema e torná-lo mais justo.

**Diplomacia** — Agora, dentro do Palácio, haverá várias subsecretarias que responderão diretamente ao secretário nacional de Comunicação e porta-voz, embaixador Sérgio Amaral. Há quem defenda sua saída, por causa de seu jeito excessivamente diplomático de enfrentar questões que requerem um talento menos conciliatório, talvez.

Mesmo assim, Sérgio Amaral continuará. A publicidade será centralizada, haverá uma secretaria exclusiva para pautar e agendar ministros na tarefa de “colocar a cara a bater” — o que pode ser traduzido por defender e divulgar o governo — e será aberta

concorrência pública para contratar profissionais da área. A não ser os subsecretários, o serviço será terceirizado.

A necessidade urgente de mudanças se deu também pelo exame das pesquisas de opinião. Nelas, o Plano Real aparece com apoio total, assim como a figura de Fernando Henrique. O mesmo não se repete, no entanto, quando o pesquisador busca ligar o presidente a ações de governo. Quando se pergunta se a pessoa acha que ele está conduzindo bem, por exemplo, a área de Saúde, os índices caem bastante. Isso quer dizer o seguinte: o presidente e a inflação baixa vão bem, mas o governo está mal.

Tanto que na reunião ministerial da última sexta-feira, dois ministros, Adib Jatene e Nelson Jobim, tiveram de ouvir o seguinte: no caso de Jatene deveria ter desembarcado em Caruaru no dia seguinte à primeira morte provocada pela máquina de hemodiálise contaminada. No caso de Jobim, a reprimenda foi porque ele sequer compareceu ao enterro dos sem-terra no Pará.

**Cara** — Essa é a primeira etapa. A segunda virá depois das eleições, embora haja uma remota chance de não haver mexidas caso essas alterações na estrutura central de comando sejam suficientes. De qualquer

forma, porém, existe a convicção de que vencido o prazo final para aprovação das reformas — 30 de julho — o governo pode e deve assumir outra cara.

No Planalto assume-se de peito aberto um outro erro: o governo se deixou cair na armadilha que sabia antecipadamente armada. As reformas atrasaram — não por culpa exclusiva do Legislativo — e Fernando Henrique viu-se prisioneiro do Congresso por muito mais tempo do que estava previsto. Hoje não é seguro colocar nada em votação se não houver pelo menos 400 parlamentares governistas a postos. Isso paralisa ações e torna ineficaz a mudança pura e simples de ministros.

Nelson Jobim é um candidato a sair, mas a este o presidente prefere que seja dada a solução natural, a vaga de Francisco Rezek no Supremo Tribunal Federal. Adib Jatene é outro a quem já foram apontados erros de condução e Odacir Klein, segundo avaliações internas, não quer mesmo ficar nos Transportes.

Resta saber se o presidente abandonará seu conhecido desconforto para o conflito para chamar este ou aquele e demitir. Há quem garanta, no entanto, com grande autoridade, que, desta vez, ele está disposto ao vai-ou-racha.